

NECROINFÂNCIA: FAZER VIVER OU DEIXAR MORRER?

Edmacy Quirina de Souza

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-Brasil

esouza@uesb.edu.br

Maria Walburga dos Santos

Universidade Federal de São Carlos-Brasil

walburgaufscar@gmail.com

Embora Foucault e Mbembe não tenham escrito nada específico sobre a temática criança e sua infância, há, em seus estudos, muitas possibilidades para se pensar o racismo e a morte da criança negra na sociedade Brasileira. Esta temática **necroinfância: fazer viver ou deixar morrer** surge a partir das inquietações sobre como o conceito raça se constitui em um elemento central da política de morte no Brasil e como as crianças, na mais tenra idade, são afetadas por esta política e lógica genocida. Isso mostra as relações de poder e biopolítica que perpassam essa política de morte contra as crianças negras.

Essa infância aparece como o outro, o diferente, que rompe a lógica hegemônica da sociedade. Nessa sequência, nos questionamos: quais impactos o racismo estrutural e institucionalizado na sociedade brasileira incidem sobre a vida e a morte da criança negra? A partir desse questionamento destacamos como objetivo geral compreender como o racismo estrutural e institucionalizado incidem sobre a vida e a morte da criança negra. Especificamente destacamos: Conhecer os conceitos de biopoder e necropolítica a partir dos referenciais de Foucault e Mbembe; analisar a relação da necropolítica e biopoder com o corpo negro a partir dos dados emitidos pelo Atlas da violência no Brasil e anuário Brasileiro de Segurança pública; identificar as crianças negras mortas nas intervenções policiais entre os anos de 2018 e 2022, analisando a relação de biopolítica e necropolítica na propagação do racismo na e para com a criança das comunidades.

A abordagem teórico-metodológica será construída a partir dos estudos pós-estruturalista com Michel Foucault e decolonial com Achille Mbembe. Esta abordagem epistemológica nos dará suporte para pensar esses sujeitos, rompendo com a lógica naturalista, hegemônica e eurocêntrica. Teremos uma discussão com suporte nas pesquisas qualitativa e a quantitativa. Estas duas vertentes dão suporte para evantar o percentual de crianças negras que vieram a óbitos nas principais capitais do Brasil a partir do Atlas da Violência disponível no site <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>, Anuário de Segurança Pública, disponível em <https://forumseguranca.org.br/anuario->

[brasileiro-seguranca-publica/](#) e a análise qualitativa desses dados. Para atender aos objetivos propostos faremos uma **análise dos documentos**, apresentados nos sites supracitados. Importante destacar que esta pesquisa se encontra em andamento.

Vivemos em uma sociedade marcadamente racista. É sabido que o Brasil apresenta um racismo estrutural e historicamente institucionalizado, uma vez que tem demonstrado, de forma sistemática e persistente, formas de discriminação e preconceito a partir do marcador racial. Não é também novidade que a democracia racial nunca existiu em nosso país, se tornando ao que muitos chamam de mito. Nesse cenário, analisar a relação entre as experiências da infância e as questões étnico-raciais e a necroinfância possibilita compreender os jogos de poder-saber, as classificações, hierarquizações e processos de colonização nas construções subjetivas dos sujeitos infantis.

Os discursos produzidos no período escravocrata, buscavam justamente legitimar a superioridade do branco e inferioridade do negro na própria relação do poder soberano. O colonizador, senhor, dono daquele corpo negro tinha o poder sobre a vida e a morte. Mesmo Foucault (1987) abordando que o poder soberano acontecia nas sociedades pré-industriais, observamos que o mesmo ainda existe na sociedade contemporânea, quando se busca decidir sobre a vida e a morte das pessoas em que os brancos devem viver (são menos abordados por policiais e apresentam índices menores de óbitos por armas de fogo) e os negros devem morrer apenas por serem negros. O relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2021, aponta que em 2019, os “negros representaram 76% das vítimas de homicídios. No mesmo ano, a taxa de homicídio de pessoas negras ficou em 29,2 (34.466); já a de não negros ficou em 11,2 (10.217 pessoas)”¹. Esta tecnologia de poder detém o direito do soberano sobre a vida e a morte dos seus súditos, as punições expostas, os suplícios (FOUCAULT, 1987).

Para a elite² brasileira, branca, hetero e cristã existe a lei, a amizade, os bens de consumo para o meu semelhante. A pessoa negra, a criança negra poderá ser “considerado meu semelhante? [...] no que precisamente se assenta a minha humanidade e a dos outros? Se o peso do Outro se tornou tão esmagador, não valeria mais a pena que minha vida não mais estivesse vinculada à sua presença, tampouco a sua à minha?” (MBEMBE, 2020b,

¹ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), n. 8, setembro de 2021. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9619-pb8atlasviolenciaversaodivulgacao.pdf>. Acesso em 06 de setembro de 2022.

² Quando falo de elite, estou me referindo a classe abastada. Ricos, classe média que se acha elite. A classe que Jessé chama de Elite do atraso.

p. 13). Tempos de dessemelhante, e a este que pensa e age diferente de mim, a este que tem a cor/raça diferente da minha, que apresenta outra orientação sexual, deve ser excluído, e, por fim, eliminado.

Sabe-se que pelo campo teórico foucaultiano, a função da disciplina era produzir corpos dóceis e úteis que pudessem ser moldados e formatados, enquadrados segundo a lógica e necessidades sociais. Aqui também vamos encontrar normalização, vigilância a partir de várias instituições (Estado, Igreja, escolas, hospitais), as quais são concebidas em Foucault (1987) como instituições de sequestros. O poder racista, sexista, hegemônico e toda forma de um poder que penaliza, que criminaliza o que é diferente, “dessemelhantes” nas palavras de Mbembe (2020b).

Ainda na sequência de discussão sobre poder, chegamos ao conceito de biopoder, no qual aparece nos estados modernos e se apresenta como aquele poder que busca garantir à vida, a sobrevivência do sujeito na sociedade. Para Foucault (1999), o biopoder se caracteriza pela crescente ampliação dos saberes biológicos e biomédicos, que possibilitam o controle sobre os grandes grupos de indivíduos já disciplinados que formam as populações. Este tipo de poder se instala como um modo de administrar as populações, sob a bandeira de torna-las saudáveis, protegendo-a das mazelas sociais. O biopoder inaugurou uma nova forma de racismo – o Racismo de Estado.

Na perspectiva do biopoder, são mortos, legitimamente, aqueles que são considerados inimigos em nome do bem da maioria, do bem geral. O Estado segrega para, posteriormente, eliminar parte da população. O aparato policial, se sente no direito de eliminar parte da população de forma legítima, argumentando que a maioria (população, branca e de classe alta) está em risco, e isto se justifica pelo bem-estar da maioria.

Aqui, entra o que Mbembe (2020a) chama de necropolítica. O “necro” é entendido como uma política que aponta para morte. Necropolítica se constitui em um aparato tecnológico em que o outro é constantemente vigiado, construído como inimigo e que deve ser controlado. Quem é este inimigo? O homem nu, aquele que não está protegido pela lei, o homem negro, considerado terrorista. Na sociedade brasileira, este é o inimigo do estado. Este homem negro é apresentado em arrobas³, é lido dito que não serve nem

³ Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2022/05/12/bolsonaro-faz-piada-com-apoiador-negro-tu-pesa-mais-de-sete-arrobas-ne.htm>

para procriar⁴ (homem animal).

Fazendo relação com o que foi discutido anteriormente sobre biopolítica e necropolítica, podemos problematizar esta sociedade atual como o biopoder para determinado grupo, um poder que garanta a vida da população. A necropolítica fica determinada para o outro grupo. Para os “sem-partes”, os sem razão, os escravizados, os colonizados, a população negra brasileira, aqueles que não pensam e nem mesmo possuem alma. E por não possuir alma, podem ser explorados e até mesmo eliminados.

Não podemos, por exemplo falar de **necroinfância** das crianças brancas de classe média ou alta, das que vivem em condomínio. Nunca vi em noticiários que a polícia entrou atirando em bairros de classe média ou alta, em condomínios. Mas para as crianças negras das comunidades o que impera é uma necropolítica. Uma gestão para a morte com o aval do estado, pois muitas dessas mortes, nada é feito. A guerra é instaurada nestes territórios denominados comunidades, complexos e as balas que atingem as crianças negras não são perdidas, são balas que tem um endereço e corpo certo. Se aqui, nos territórios colonizados havia um inimigo, agora, no estado de exceção, cria-se também um inimigo – a pessoa negra, a criança negra, o corpo coisificado, objeto, o corpo nada. Assim se constrói uma infância/criança para a morte.

O estudo dos conceitos de necropolítica e necroinfância colaboram com uma formação de professores, uma gestão e uma política pública que valorizem a vida de todas as criança para a construção de uma igualdade racial, pois o estudo evidencia que há crianças como alvo, mas faz-se necessário pensar em políticas públicas que atentem para esta problemática brasileira na busca da equidade nas relações.

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes. 1999.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n1 edições, 2020a.
- MBEMBE, Achille. MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. São Paulo: N-1 edições, 2020b.

⁴ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/>